



Estado do Rio Grande do Sul

# Prefeitura Municipal de Sagrada Família

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº006/93

CRIA O REGIME DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sa-  
grada Família, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas  
pelo artigo 79 item IV da Lei Orgânica vigente, que a camara municipal  
de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:  
Artigo 1º- Consideram-se despesas em regime de adiantamento as compreen-  
didas nos seguintes casos:

§1º- despesas extraordinárias e urgentes que não comportem delongas na  
realização de pagamento.

§2º- despesas, que tenham de serem efetuadas fora da sede, desde que  
não se possam subordinar ao regime normal de empenho.

§3º- despesas com alimentação de pessoal de obras, educação, ou comi-  
tivas especiais, quando as circunstâncias não permitirem o regime nor-  
mal de fornecimento.

§4º- despesas com matéria- prima para oficinas em serviços industriais  
do município, a juízo do chefe do Executivo Municipal.

§5º- despesas com conservação de bens imóveis e móveis, quando a demo-  
ra na realização e pagamento da despesa possa afetar o normal funciona-  
mento da repartição ou equipamento imprescindível à atividade do muni-  
cípio.

§6º- despesas com combustível, materiais e serviços para a conservação  
de veículos e diárias quando em viagem a serviço, fora da sede.

§7º- despesas pequenas e de pronto pagamento.

Artigo 2º- Os adiantamentos concedidos a qualquer servidor público do  
município ou de outra esfera administrativa posto à sua disposição se-  
rão requisitados pelos titulares das unidades administrativas ao chefe  
do Executivo Municipal ou a quem este delegar competência.

Parágrafo Unico- Não se concederá adiantamento a servidor em alcance  
nem a responsável por dois adiantamentos.



Estado do Rio Grande do Sul

## ***Prefeitura Municipal de Sagrada Família***

§1º- A soma a adiantar, em algarismo e por extenso.

§2º- O nome e cargo do servidor a quem deve ser feito o adiantamento.

§3º- O órgão e a unidade executora.

§4º- As dotações orçamentárias por onde devem correr as despesas e o respectivo exercício financeiro.

Artigo 4º- Para cada adiantamento serão extraídas tantas notas de empenho quantas forem as rubricas das despesas constantes da requisição.

Artigo 5º- Para comprovar a aplicação do adiantamento, o responsável apresentará à Secretaria Municipal da Fazenda o seguinte:

§1º- Os documentos da despesa devidamente relacionados, quitados e visados nos termos do Artigo 11º desta lei.

§2º- Cópia da requisição do adiantamento.

§3º- Os comprovantes originais recolhimentos dos saldos do adiantamento e dos descontos efetuados.

Artigo 6º- A comprovação da aplicação de adiantamentos deverá ser representada à Secretaria Municipal da Fazenda ( ou órgão equivalente) no prazo de 45 ( quarenta e cinco) dias a contar do recebimento do numerário.

Parágrafo Unico- Nos casos de entrega parcelada de numerário, os prazos serão contados a partir do recebimento da primeira parcela.

Artigo 7º- A Secretaria Municipal da Fazenda ( ou órgão equivalente) através de seu servidor de contabilidade , examinará , no prazo máximo de ( 10) dias , os documentos de despesa sob o aspecto legal e aritmético, conferirá a conta corrente do responsável, e emitirá parecer técnico do exame procedido.

Parágrafo Unico- Havendo qualquer irregularidade na prestação de contas apresentada, o responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para justificar o ato impugnado, ou resolver a importância devida.

Artigo 8º- Emitido o parecer técnico, referido no artigo 8º , o processo de prestação de contas será remetido ao chefe do executivo municipal, no prazo máximo de 05 ( cinco ) dias, para julgamento.

Artigo 9º- Julgadas as contas, serão as mesmas remetidas à Secretaria Municipal da Fazenda ( ou órgão equivalente) que as encaminhará a seu serviço de contabilidade para proceder à baixa da responsabilidade, ou debitar o responsável pelas importâncias constatadas irregulares.

Artigo 10º- Os documentos de comprovação da despesa deverão observar os



Estado do Rio Grande do Sul

## **Prefeitura Municipal de Sagrada Família**

§1º- Conter data posterior à do recebimento do numerário.

§2º- Referir-se a serviço ou fornecimentos no período indicado na requisição do adiantamento.

§3º- Indicar o nome do órgão municipal.

§4º- Provar mediante atestado junto ao documento de despesa, ou outra forma, de que os serviços foram efetivamente prestados, ou o material foi recebido pela repartição, indicando seu nome e o cargo do responsável por sua guarda e aplicação.

§5º- Conter, em se tratando de obras, atestados das secretarias ( ou órgãos responsáveis) de que as mesmas foram executadas dentro das especificações ajustadas.

§6º- Conter o visto do responsável pelo adiantamento e do chefe imediatamente superior, a quem estiver subordinado.

Artigo 11º- Os recolhimentos dos saldos de adiantamento serão feitos à Tesouraria, através de guia numerada, contendo os seguintes dados:

§1º- Nome, cargo e repartição do responsável.

§2º- Importância recolhida, com indicação dos saldos de cada rubrica.

§3º- Número de adiantamento, ou do expediente que lhe deu origem.

Artigo 12º- Os saldos de adiantamentos, não aplicados até 31 de dezembro, serão obrigatoriamente recolhidos à tesouraria do município até aquela data.

Parágrafo 1º- Serão igualmente recolhidos as importâncias descontadas em decorrência de lei, regulamentos, ou disposição contratual.

§2º- Recolhido o saldo não aplicado, a prestação de conta poderá ser encaminhada até 31 de janeiro do exercício seguinte.

Artigo 13º- O serviço de contabilidade manterá em dia, registro individualizado de todos os responsáveis por adiantamentos, de forma a exercer o perfeito controle dos prazos, para a respectiva prestação de contas, nos termos dos artigos 6º e 7º.

Artigo 14º- Não cumprido o prazo fixado no artigo 7º, a Secretaria da Fazenda ( ou órgão equivalente ), dentro de dez dias, instaurará o respectivo processo para decisão do prefeito, e aplicação da penalidade a que estiver sujeito.

Artigo 15º- O responsável que deixar a prestação de contas de adiantamentos ou de recolher o saldo não aplicado dentro dos prazos determinados ficará sujeito à multa de 1% ( um por cento ) ao mês sobre o total



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de Sagrada Família

devidamente comprovada, a juízo do chefe do executivo municipal.

Artigo 16º- Se, apesar de multado, o responsável não fizer a prestação de contas até 30 dias após o término dos respectivos prazos estabelecidos nesta lei, ou deixar de recolher as parcelas julgadas irregulares, o mesmo será considerado em alcance e inscrito em dívida ativa, promovendo-se contra ele a cobrança executiva sem prejuízo das sanções previstas na legislação penal e estatutária.

Artigo 17º- O regime de adiantamento, previsto nesta lei, não dispensa a observação das normas instituídas para as licitações.

Artigo 18º- Nos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições do Decreto nº200, de 25 de fevereiro de 1967, e subsidiariamente, as contidas no regulamento geral da contabilidade pública ( Decreto Nº 15783, de 8 de novembro de 1992).

Artigo 19º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, EM 22 DE JANEIRO DE 1993.

  
JUVENTIL MAFALDA SANTOS

Prefeito

Registre-se e Publique-se

  
JOSE ALDORI DE LIMA

Sec. Mun. da Administração